

FEMINISMO: AÇÕES POLÍTICAS E INSTÂNCIAS DE PODER

EDNA MARIA SANTOS ROLAND



Resumo: O conceito de advocacia engloba múltiplas e complexas atividades e representa muitos desafios dos quais o principal é de caráter político e ético. A internacionalização acelera o ritmo de trabalho, as demandas e grau de exigência sobressaem, gerando contradições entre os setores internacionalizados do movimento e os setores que enfrentam maiores dificuldades para articular o seu cotidiano com as lógicas produzidas pelas novas técnicas de consultoria, gerenciamento e administração. Um problema central é o problema da representatividade da liderança que para ser enfrentado requer que se abdicue do domínio pré-moderno sobre os corpos e se construa relações entre sujeitos jurídicos.

Palavras-chave: advocacia, feminismo, raça, anti-racismo, democracia, escravização dos corpos.

O projeto Advocacy em Saúde, Direitos Sexuais e Reprodutivos representa uma iniciativa ambiciosa de introduzir no âmbito do movimento latino-americano e brasileiro o conceito de advocacy, para o qual não dispomos ainda de palavra que dê conta das múltiplas e complexas atividades que ele engloba. Entendo que a advocacy representa um enorme desafio para todas nós, envolvendo (a) capacidade de análise política do contexto em que nos movemos nos níveis local, nacional, regional e global; (b) desenvolvimento de novas e antigas lideranças para a aquisição de habilidades complexas que envolvem comunicação, capacidade de negociação, planejamento, formulação conceitual etc; (c) construção de alianças e coalizões; (d) capacidade de obtenção dos fundos necessários para sustentar uma iniciativa de longo prazo, a serem administrados com competência e transparência.

Mas se é verdade que todos esses desafios nos são colocados, o desafio principal é de caráter político e ético e se explicita com grande clareza na composição dos dois *workshops* nacionais organizados no âmbito do projeto. A composição das participantes dos dois *workshops* nacionais representa um momento de encontro de duas vertentes do movimento de mulheres brasileiro: o movimento de mulheres de suposta maioria branca, que se articula em torno da dimensão de gênero e que se autodenomina movimento feminista, e o movimento de mulheres negras, que se articula em torno das dimensões étnico/racial e de gênero, cujas integrantes eventualmente atribuem pesos iguais ou diferentes às duas dimensões, reivindicando, re-qualificando ou recusando a denominação feminista.

O tema da *advocacy* surge no contexto internacional do movimento de mulheres a partir das experiências vitoriosas vividas nas Conferências da década de 90, com especial destaque para as conferências de Viena, Cairo e Beijing. No contexto brasileiro a intervenção articulada do movimento se deu principalmente em relação a Cairo e Beijing, tendo sido desencadeadas diversas ações políticas.

No processo de preparação para a Conferência do Cairo foi realizado o Encontro Nacional Mulher e População: Nossos Direitos para o Cairo, através do qual se popularizou a discussão da conferência no movimento de mulheres e que foi precedido pelo Seminário Nacional Políticas e Direitos Reprodutivos das Mulheres Negras, do qual resultou a Declaração de Itaipocerca da Serra, na qual as mulheres negras definiram sua posição em relação à questão de políticas de população e direitos reprodutivos, constituindo-se até hoje no único documento consensual tirado por um coletivo representativo de todos os setores do movimento de mulheres negras brasileiras.

O Encontro Nacional Mulher e População foi realizado quando a Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos (RedeSaúde) ainda engatinhava e foi organizado por cinco grupos: Cepia (Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação), SOS Corpo – Gênero e Cidadania, Cfemea (Centro Feminista de Estudos e Assessoria), Coletivo Feminista Saúde e Sexualidade e Geledés (Instituto da Mulher Negra). Na ocasião, chegou a causar algum mal-estar o fato de que a organização do encontro não tenha sido do conjunto da RedeSaúde. Na sequência, o governo brasileiro admitiu representação da sociedade civil na delegação para o Cairo, convidando a Rede Feminista, o Combatom e a Comissão de Cidadania e Reprodução (CCR) para comporem a delegação brasileira. Algumas brasileiras participaram das *Prepcons* (conferências preparatórias para Cairo e Beijing), acompanhando e interferindo no processo de elaboração do Programa de Ação do Cairo, bem como na própria conferência. Nesse período a RedeSaúde desenvolveu-se e firmou-se enquanto instância de articulação do movimento de mulheres na área da saúde e dos direitos reprodutivos. No processo de Beijing

tivemos uma grande participação de mulheres e de mulheres negras no processo preparatório, inclusive nas *prepcons* regionais. O processo pós-Beijing foi mais complexo, pois tem sido mais difícil o desenvolvimento da Articulação de Mulheres Brasileiras. Comparando, acredito que o grau de internacionalização na área da saúde é maior, como também a profissionalização através de ONGs, e a inserção nos espaços governamentais e de controle social. A internacionalização acelera nosso ritmo de trabalho, as demandas e o grau de exigência sobre as lideranças, gerando contradições entre, por um lado, os setores do movimento que conseguem plugar-se ao processo internacional e, por outro, os setores que enfrentam maiores dificuldades para articular seu cotidiano com as novas lógicas produzidas pelas novas técnicas de comunicação, gerenciamento e administração.

Um problema central que precisamos enfrentar é a representatividade. *Advocacy*, advogar, significa falar em nome de, representar, como um/a advogado/a representa seu/sua cliente. Se nos colocamos o propósito de desenvolver um processo de *advocacy*, a questão imediata é: quem são as que advogam e em nome de quem elas falam? A aceleração histórica produzida pela globalização é desigual. Como podemos dar conta de estar presentes no processo de formulação e implementação de políticas que se mundializa, sem perdermos na travessia uma parte das nossas bases? Como podemos manter nossas antenas ligadas no processo mundial, decodificando e digerindo conceitos e formulações, sem perdermos nossa/s identidade/s cultural/is e dando a elas um papel central na produção de novas subjetividades?

Ao voarmos nas alturas podemos ver a aldeia global de um relance, mas certamente corremos o risco de não mais vislumbrarmos o rosto, a experiência e a vida das mulheres ao nosso redor.

A legitimidade de um processo de *advocacy* será dada pela manutenção de laços profundos a unir os setores globalizados com os setores em permanente e profundo convívio íntimo com aqueles que permanecem à margem. Mais do que isso: precisamos encontrar meios de reverter em nossa prática política, a lógica da desigualdade e da exclusão.

Creio que o psicanalista Contardo Calligaris expressa o dilema profundo que a sociedade brasileira vive neste momento e que atravessa todos os setores sociais: "O Brasil (...) continua sendo uma sociedade pré-moderna, porque é uma sociedade de corpos mais do que de sujeitos jurídicos".¹ Calligaris considera que o trabalhador brasileiro não vende seu tempo de trabalho, mas sim seu corpo, de tal forma que nossa vida social não é feita de relações sociais, mas de relações corporais. Em oposição a esse modelo de sociedade, na qual a família é a única

comunidade, os Estados Unidos teriam inventado a sociedade de direito. Para Calligaris, "americanizar significa substituir as relações corporais por relações jurídicas".²

Calligaris vai mais longe, afirmando que "a paz de nossas relações raciais ou sócio-sexuais é o fruto de um domínio sobre os corpos ainda tão pré-moderno, tão solidamente estabelecido, que parece não precisar de ódio ou intolerância e ainda menos permitir reivindicação."³ Calligaris denuncia que hesitamos em "ter acesso a uma organização social em que seríamos protegidos dos abusos contra nossos corpos", porque "não renunciamos ao prazer de poder abusar dos corpos que conseguimos escravizar".⁴

Todas nós fazemos parte dessa ópera. Eu diria que um de nossos desafios é superar a contradição apontada por Contardo Calligaris: além de conseguirmos nos relacionar enquanto sujeitos jurídicos, construindo novos ou desenvolvendo corpos já existentes que articulem sincronicamente a identidade e a diversidade, podemos ao mesmo tempo preservar ou construir pequenos círculos de afeto e de intimidade que preservem nosso sonho, nosso equilíbrio espiritual, em que o contato pessoal não seja instrumento de invasão e abuso, mas a antítese do desejo de dominar e subjugar.

Para que um projeto de *Advocacy* seja bem sucedido é primordial que tenhamos em mente um modelo de liderança apontado pelo exemplo do Mahatma Gandhi, que disse: este é o meu povo, tenho que ir *atrás* dele, pois eu sou o seu líder. Não precisamos erigir totens a nenhuma matriarca fundadora. A proposta de *Advocacy* pode ser um grande incentivo a um modelo colaborativo de trabalho político. Pode haver diferenças de função e de habilidades. Mas é preciso que busquemos aproveitar as transformações radicais pelas quais passa o mundo no sentido da superação das velhas dicotomias entre as que pensam e as que fazem, as que planejam e as que executam. É preciso que saibamos as infinitas, complexas, pequenas, simples, contínuas tarefas a serem realizadas pelo enxame de abelhas.

Na Declaração de Itapecerica dizíamos:

A nossa prática política deve ser orientada pela utilização de métodos e linguagem acessíveis que possam sensibilizar a maioria da população feminina negra, e por atitudes e comportamentos democráticos no trato das diferenças de ordem política e ideológica. No desenvolvimento dessa prática devemos associar as análises das realidades macro e micro-sociais, onde a formulação das propostas políticas globais não seja estranha às necessidades da vida cotidiana das mulheres.⁵

2. *Idem*

3. *Idem*.

4. *Idem*.

5. *Galiléias*, 1993, pág. 6.

Como podemos ver, sete anos depois, a Declaração de Itapeverica continua absolutamente atual.

Apesar das rupturas que vivemos ou assistimos nos últimos anos, tenho renovado minha fé na capacidade de invenção, de transformação que existe em cada uma de nós, revigorando minha disposição de, no dizer de Leonardo Boff,⁶ trabalhar para que as forças do 'simbólico', que reúnem e constroem, se sobreponham às forças da desagregação e da destruição, representadas pelo 'diabólico', compreendendo que tais forças estão em todos os lugares, inclusive em cada uma de nós.

Apreendi que sem a verdade não pode haver reconciliação. Numa sessão inesquecível, num seminário na África do Sul,⁷ eu me vi dividida entre um relato da experiência extraordinária da Comissão de Reconciliação e Verdade, através da qual vítimas do *apartheid* relataram as atrocidades sofridas, apontando os autores dos crimes, que tiveram a oportunidade de obter anistia, desde que reconhecessem amplamente os crimes cometidos. Minha admiração e respeito pelo processo histórico que estava em curso foram colocados em xeque quando um interlocutor apontou os limites da atuação da Comissão: o *apartheid* foi um sistema institucional de opressão a todo um povo, cujos danos não podem ser ressarcidos por um simples procedimento penal ou pela individualização de alguns agentes. Compreendi que essencialmente essa visão era correta, mas que a democracia sul africana move-se nos limites que lhe permitem a correlação de forças resultante de um processo político que emergiu de uma negociação e não de uma vitória militar absoluta. Ratifiquei assim, de forma comparativa, meu respeito pelos limites do possível em terras sul-africanas: nossos irmãos foram mais longe do que pudemos sequer imaginar em terras brasileiras, onde uma anistia ampla, geral e irrestrita deixou praticamente intocados os crimes da ditadura militar. Com exceção dos esforços feitos pelas comissões de familiares de mortos e desaparecidos, e por grupos de ativistas de direitos humanos, a sociedade brasileira não apurou, não tomou conhecimento das tramas 'dia-bólicas' de um período sombrio de nossa história. Bem ao gosto do *apartheid* à brasileira, confundimos *tolerância*, uma virtude essencial para a convivência humana, com *impunidade*, veneno que impregna a sociedade brasileira e que inviabiliza a verdadeira democracia.

Estou convencida de que os danos mais profundos causados pelo racismo são aqueles que resultam na desumanização de suas vítimas, minando sua capacidade de resistir à cooptação e promovendo a degradação de valores. Nesta virada de milênio, mais do que a fome e a pobreza, os frutos mais torpes

6. BOFF, 1997.

7. Ouvi esses relatos no seminário *Beyond Racism*, promovido pela Iniciativa Comparativa de Relações Humanas em Cape Town, abril de 1998.

do racismo são a falta de esperança, de confiança e de fé em nós mesmas. Os que lutaram pelos direitos civis nos Estados Unidos se perguntam: "o que aconteceu com os nossos filhos?"; eles/as observam alarmados/as a violência que grassa em muitas comunidades. Na África do Sul, uma parte da população de origem africana mostra-se desiludida com a demora de soluções e respostas aos problemas produzidos em décadas de *apartheid*. No Brasil, apesar do crescimento da temática das relações raciais na mídia e em setores da sociedade, aprofunda-se o fosso que separa os incluídos dos excluídos, e o movimento negro ainda vive um momento histórico em que se faz necessário o aprofundamento de suas raízes em meio ao nosso próprio povo. Está ainda por ser elaborada uma análise compreensiva da sociedade brasileira que articule de forma mais rica um projeto político resultante da compreensão de que as hierarquias de gênero, raça e classe constituem o cerne de reprodução de uma das sociedades mais injustas deste planeta, e que não há como ser verdadeiramente feminista sem assumir profundamente a bandeira do anti-racismo.

Referências bibliográficas

- BOFF, Leonardo. *A Águia e a Galinha*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- CALLIGARIS, Contardo. Americanizar é preciso. *Folha de São Paulo, Mais!*, São Paulo, p. 5, 7 de março de 1999.
- Geledés, Instituto da Mulher Negra/ Programa de Saúde. *Declaração de Itapeverica da Serra das Mulheres Negras Brasileiras*. São Paulo, 1993, pág. 6.

[Recebido para publicação em outubro de 2000]

Feminism: Political Actions and Power Authorities

Abstract: The concept of advocacy encompasses manifold and complex activities and represents many challenges. The principal challenge is political and ethical in nature. Internationalization accelerates the rhythm of work, increasing the demands and the level of requirements on leaderships and generating contradictions between the internationalized sectors of the movement and those who face greater difficulties in linking their everyday actions to the logic produced by the new communication, management and administrative techniques. A core problem is the representativeness of leadership which, in order to be addressed, requires giving up the pre-modern control over bodies and constructing relationships among juridical subjects.

Keywords: Advocacy, feminism, race, anti-racism, democracy, enslavement of bodies.